

Camponeses no Brasil entre inclusão e exclusão

Martin Coy & Martina Neuburger¹

Resumo: Nas últimas décadas, o desenvolvimento dos espaços rurais no Brasil foi submetido a crescentes influências da globalização. Com referência à diferenciação sócio-espacial do campo brasileiro, resulta destes processos o surgimento de enclaves de inclusão, caracterizadas por uma agricultura modernizada, incorporada à economia global. Neste contexto, a expansão do complexo da soja no Centro-Oeste brasileiro é um dos fenômenos mais significativos. Por outro lado, observa-se ao mesmo tempo a exclusão de uma parte cada vez maior do campesinato brasileiro. Este processo de exclusão mostra-se economicamente nos acessos ao mercado, cada vez mais limitados, socialmente num aumento da vulnerabilidade, e espacialmente na expulsão de um grande contingente de pequenos produtores para as periferias urbanas ou as frentes pioneiras. Portanto, estas tendências contraditórias do desenvolvimento do espaço rural entre inclusão e exclusão provocam uma série de ações e reações diferentes. Enquanto os enclaves de inclusão fortalecem seus laços com os circuitos globalizados (p.ex. atores transnacionais, infraestruturas de transporte e de comunicação, irrigação etc.), os camponeses se organizam nos novos movimentos sociais, tais como o MST, para defender seus direitos e para garantir seus meios de produção e reprodução. As ações do poder público para o espaço rural oscilam, por sua vez, entre uma perspectiva “desenvolvimentista” apoiando a globalização do meio rural, e políticas e programas que visam a um futuro rural, ecológica e socioeconomicamente sustentável.

Summary: During the last decades, the development of rural areas in Brazil was characterized by increasing influences of globalization. Concerning the socio-spatial differentiation of Brazilian rural areas, on the one hand, “enclaves of inclusion” emerge as a result of the globalization process, characterized by modernized agricultural production systems which are incorporated in the global economy. Within this context, the expansion of soybean production in the Brazilian Midwest is one of the most significant phenomena. On the other hand, the exclusion of an increasing part of the Brazilian peasantry has to be observed as a simultaneous process. Exclusion materialize, in economic terms, in a limited access to markets for small farmers, socially, it results in increasing vulnerabilities, and spatially, it causes the expulsion of an increasing part of small farmers to the urban peripheries or to the pioneer fronts. Therefore, these contradicting tendencies of rural development between inclusion and exclusion provoke different actions and reactions. Whereas the emerging “enclaves of inclusion” strengthen their links with globalized circuits (e.g. via transnational actors, infrastructures of transport and communication, irrigation schemes etc.), the peasant groups organize themselves in new social movements, such as the MST, in order to defend their rights and in order to guarantee their means of production and reproduction. At the same time, the activities of public authorities concerning rural areas alter between a “developmental” perspective, supporting the globalization of rural areas on the one hand, and politics and programs aiming an ecologically and socio-economically more sustainable future on the other.

Palabras clave: Camponeses, Brasil, globalização, MST
Keywords: Peasants, Brazil, globalization, MST

INTRODUÇÃO: A “MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA” E A GLOBALIZAÇÃO DO SETOR AGRÁRIO BRASILEIRO

Nesta contribuição, buscaremos esclarecer a globalização do setor agrícola e suas consequências gerais, expondo o exemplo da produção de soja e os conflitos sociais presentes no espaço rural. Em seguida, tentaremos mostrar os fatores determinantes e os elementos básicos de um desenvolvimento socio-econômico e ecologicamente sustentável.

A mudança estrutural na agricultura e no espaço rural brasileiros é fruto da modernização promovida pelo Estado nas últimas três décadas, e teve suas origens ideológicas na Revolução Verde (*cf.* Martine, Garcia 1987; Kageyama et al., 1996). Fundamental aqui foi um instrumentário agrário e político-regional (*cf.* Goodman et al. 1985), que, por sua vez, está baseado nos três seguintes pilares (*cf.* Figura nº 1):

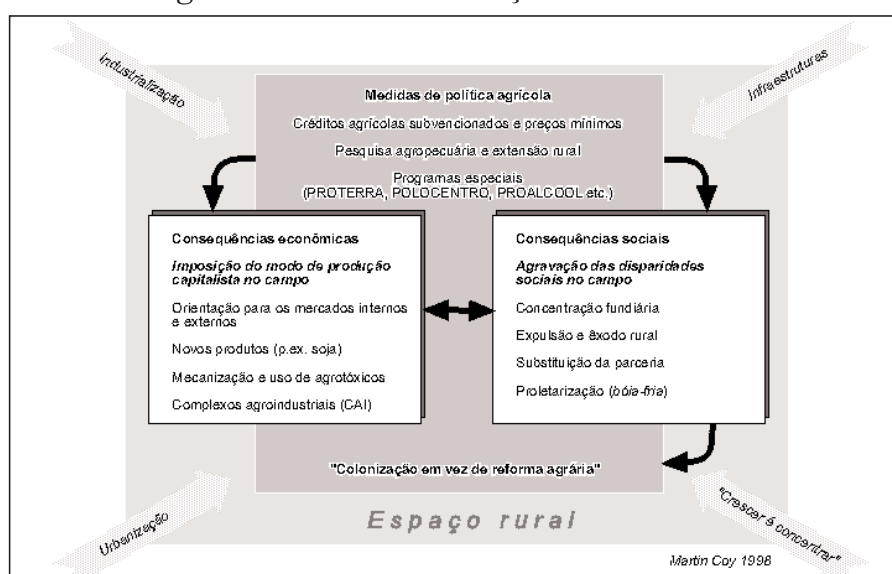
- 1) Na introdução de preços mínimos e de uma política de crédito de alta subvenção.
- 2) Na instituição da pesquisa agropecuária estatal e dos serviços de assistência técnica e extensão rural, a fim de desenvolver e difundir inovações agrário-tecnológicas.
- 3) Em programas especiais para a incorporação de regiões periféricas ou com objetivos setoriais, tal como, através da promoção da cultura de cana-de-açúcar para a produção de álcool combustível.

Além disso, devido às influências crescentes da globalização, observam-se transformações no setor agrário e no espaço rural como um todo, que resultam de mudanças estruturais sociais e econômicas, como a industrialização e a urbanização, e de esforços visando melhorar a infraestrutura (*cf.* Coy 2001a; Coy, Neuburger 2002; Elias 200; Silva 1998). Objetivo prioritário da política agrária foi promover o aumento do *output* da agricultura, assim como incentivar a orientação do setor agrário para o mercado, mas principalmente para a exportação. Neste sentido, a introdução de novos produtos de exportação, da mesma forma que inovações tecnológicas de crescente produtividade, apresentaram importância especial. Deste contexto resultam os chamados Complexos Agroindustriais, nos quais foram reunidos a produção de implementos agrícolas, a

comercialização e o processamento de produtos agrícolas de grande peso no mercado, o que levou a uma estreita relação entre a modernização agrícola e a industrialização. De um modo geral, podemos afirmar, então, que as consequências econômicas da modernização correspondem a uma expansão da produção capitalista na agricultura (cf. Coy, Lücker 1993: 21-47).

Em consequência disso, o setor camponês tradicional, que sempre havia sido responsável por uma grande parte da produção dos gêneros alimentícios, foi conscientemente deixado de lado, resultando numa diminuição da segurança alimentar endógena (cf. Windfuhr, 1997; Neuburger, 2003; Coy, 2001b; Barros et al., 2000). Todavia, as consequências sociais da globalização da agricultura causaram, sobretudo, o agravamento das disparidades sociais no espaço rural, além do aumento da concentração da propriedade. Esta, por sua vez, gerou uma pressão ainda maior da concorrência, resultando na quebra de muitos estabelecimentos familiares camponeses, já que a introdução da cultura mecanizada de novos produtos levou a substituição das tradicionais relações de trabalho e arrendamento, que absorviam enorme contingente demográfico do próprio campo (cf. para o exemplo do Paraná Kohlhepp, 1991). Camadas rurais inferiores foram, desse modo, deslocadas para a cidade, formando o grupo social bóia-fria, como típico resultado da modernização agrícola brasileira.

Figura nº 1: A modernização conservadora



De uma forma geral, nota-se que as disparidades regionais e agrário-estruturais, desde sempre existentes, de forma alguma diminuíram, muito pelo contrário, acentuaram-se consideravelmente. Contudo, uma reforma agrária a fim de eliminar esses inconvenientes nunca foi seriamente empreendida e, exatamente por isso, fala-se em “modernização conservadora”. Em seu lugar, propagou-se a colonização agrária como suposta alternativa, o que significou a exploração de terras virgens nas regiões pioneiras da Amazônia e do Centro-Oeste, com as já conhecidas consequências sócio-econômicas e ecológicas (*cf.* Coy, 1988, 2005; Coy, Lücker, 1993; Coy, Neuburger, 2000).

Portanto, sob a influência das condições políticas e econômicas gerais, o papel do Estado no setor agrário se modificou nitidamente nas últimas décadas. O desenvolvimento do crédito agrário estatal é, aqui, um índice de demonstração. Os anos setenta, por exemplo, foram particularmente caracterizados por altos investimentos em modernização, por meio de um sistema de crédito subvencionado. Contudo, desde os anos 80 o volume do crédito estatal recaiu praticamente sobre a posição inicial da política de modernização. Causas são as imposições da política de reajuste econômico e esforços que visam a desregularização estatal. Principalmente os camponeses, para os quais existiam programas especiais de crédito durante toda a década de 70, tiveram que carregar as consequências dessa retirada do Estado. Entretanto, também os estabelecimentos rurais modernos, que dependem do crédito para investimentos necessários e para o financiamento de sua produção, saem prejudicados, uma vez que encontram-se, atualmente, em alto risco de endividamento, dependendo dos bancos privados, que conferem seus créditos em condições de mercado (Kageyama *et al.*, 1996; Urani 1998; Blumenschein 2004).

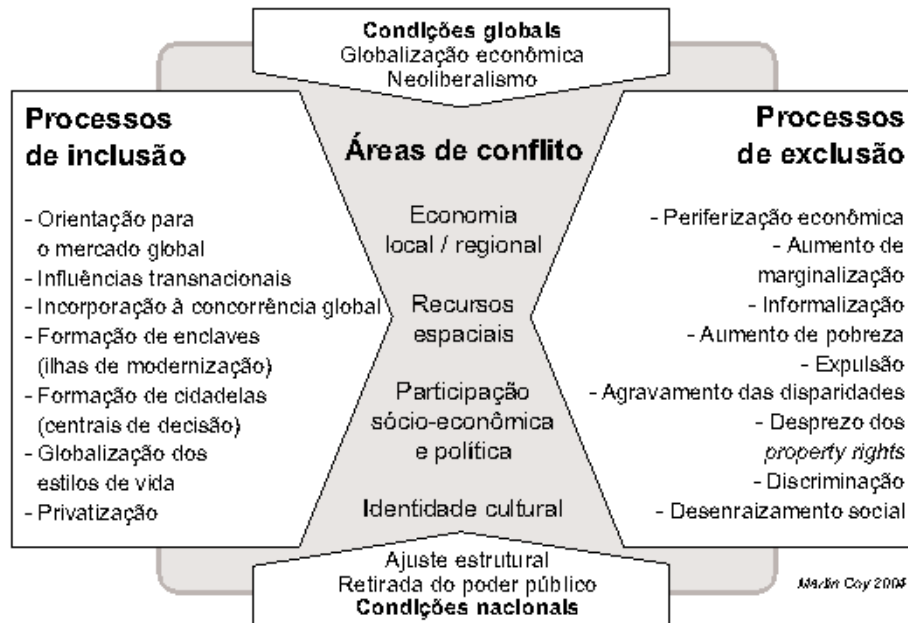
A orientação para fora do setor agrário brasileiro sempre foi um dos principais objetivos da “modernização conservadora” (*cf.* Becker, Egler, 1992). Nesse sentido, quando observamos a composição da exportação nacional, percebemos que, através de produtos agrários e agroindustriais, um terço do valor de exportação brasileiro sempre é contabilizado – mesmo em caso de um desenvolvimento desfavorável dos mercados agrários mundiais (*cf.* IBGE, 1999)–. Avaliando, com o passar do tempo, a composição dos produtos agrícolas exportados, constatamos que o valor da

exportação dos produtos da soja (o principalmente dos seus subprodutos foram exportados), que apresentou um forte crescimento desde os anos 80, ganhou significado, frente ao anterior dominante café. Este é também o caso dos produtos da carne, cujos recentes dados indicam uma crescente importância na exportação. Essas tendências refletem a política de modernização conservadora e demonstram a possível vulnerabilidade do setor agrário brasileiro perante a globalização.

A globalização atua sobre distintos campos: economicamente sobre as vias de bens e mercados financeiros; politicamente sobre a posição do estado nacional e novas formas de constituição de um regime global; informacionalmente sobre a alteração na evolução da comunicação e de decisões; e socio-culturalmente sobre a mudança dos estilos de vida e novos padrões de migração (*cf.* Krätke, 1995). Além disso, ela interfere sobre a esfera local através de políticas nacionais, como por exemplo através de políticas neoliberais de reajuste e de desregularização (*cf.* Danielzyk, Ossenbrügge, 1996). Porém, os planos locais não perdem de forma alguma valor nesse contexto, muito pelo contrário: observa-se uma reestruturação, e, em parte, uma revalorização das interdependências locais/regionais, como adaptação ou reação em relação à globalização. Esse fenômeno é qualificado como globalização ou regionalização (*cf.* Krätke, 1995). A globalização, por sua vez, provoca uma seleção setorial, social e regional, e uma crescente fragmentação entre inclusão e exclusão, principalmente nos países do Terceiro Mundo (*cf.* Scholz, 2000 y 2002; Thorp, 1998). Somente segmentos da economia, da sociedade e das regiões dos países em desenvolvimento serão ajustados à globalização, os outros, em contrapartida, serão deixados em segundo plano.

O espaço rural brasileiro também não está livre da globalização (*cf.* Figura nº 2). Em vista da orientação da agricultura para fora, os espaços modernizados agrários estão sujeitos, antes de mais nada, a uma crescente vulnerabilidade econômica, e não só através da desregularização estatal, como também através das relações diretas com os mercados globais e da crescente influência das bolsas de valores internacionais. Desse modo, as decisões comerciais tomadas por atores locais serão cada vez mais influenciadas pela competição global e pela concorrência dos espaços de produção. Tendências à liberalização, como as

Figura nº 2: Processos de inclusão e exclusão em países do Terceiro Mundo



negociações do GATT e do WTO, puderam fortalecer ainda mais esse desenvolvimento. E, somando-se a isso, há os interesses diretos dos *global players* quanto ao espaço rural. Empresas transnacionais desempenham, no entanto, papel decisivo nos campos da biotecnologia, da produção de sementes e de produtos químicos agrícolas (cf. Blumenschein, 1995; Wehrhahn 2002, Blumenschein, 2004).

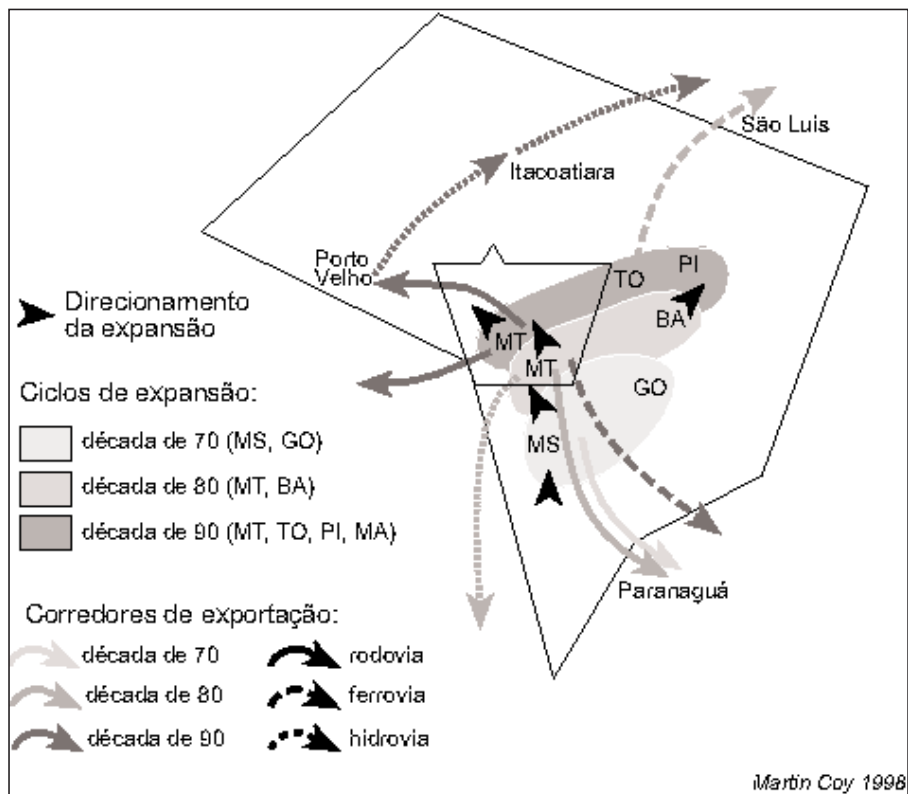
Em virtude das influências da globalização, ocorre também nos espaços rurais o aumento do significado das cidades como centros de controle e intervenção. Elas são espaços de vida e ação de novos atores rurais, por exemplo fazendeiros modernos, cujos estilo de vida e raios de ação, no âmbito da globalização, contrastam crescentemente com os de grupos camponeses (cf. ao exemplo do Norte Matogrossense, Coy, 1991). Estes, assim como outros grupos organizados territorialmente (p. ex. grupos indígenas) são cada vez mais isolados sob pressão da globalização (cf. Pasca, 2002). Eles são privados dos seus direitos de dispor sobre a terra ou sobre o conhecimento, e são marginalizados espacialmente, p.ex. pelo deslocamento para as periferias das cidades. A globalização também promove, portanto, a fragmentação entre inclusão e exclusão no espaço rural (cf. Coy, Neuburger, 1999; Coy, Neuburger, 2002).

FORMAS DE INCLUSÃO NO ESPAÇO RURAL BRASILEIRO

Principalmente através do exemplo do complexo da soja podem ser verificadas as influências da globalização no espaço agrário. Em apenas poucos anos o Brasil consolidou uma posição importante no mercado mundial desse produto. O boom ocorreu nas décadas de 60 e 70 nos três estados do sul, e fez com que houvesse um processo de expansão das principais regiões de cultivo, ascendendo, assim, os espaços interiores do Centro-Oeste brasileiro como grupos de ponta das regiões de produção de soja (cf. Figura nº 3).

O boom da soja no sul do Brasil, e, posteriormente, na região sul do Centro-Oeste (Mato Grosso do Sul e Goiás), cedeu lugar, durante a década de 80, a um vasto território, que vai do Mato Grosso até o oeste da Bahia, conquistando, assim, as regiões de cerrado no noroeste do Mato Grosso (Chapada dos Parecis), o Tocantins, além do sul do Piauí e o sul do Maranhão (cf. Coy,

*Figura nº 3: A globalização da periferia
Expansão do complexo da soja na Centro-Oeste brasileiro*



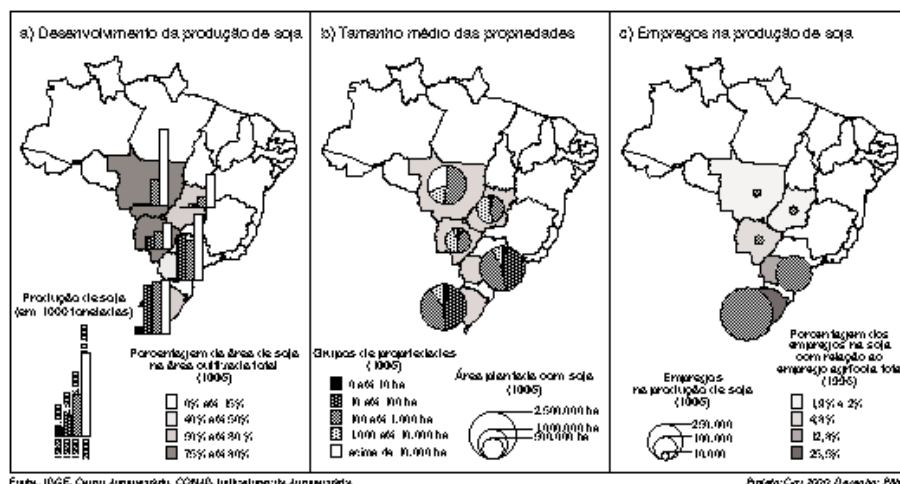
Lücker, 1993). Essa recente expansão do cultivo da soja relaciona-se aos seguintes fatores:

- 1) Disponibilidade de grandes reservas de terra no cerrado,
- 2) condições favoráveis de saída para a derrubada e mecanização dos chamados chapadões,
- 3) desenvolvimento de novas espécies adaptadas à realidade climática,
- 4) preços muito baixos da terra, em comparação ao sul do Brasil, e
- 5) imigração de fazendeiros do sul do Brasil, que, com a venda de seus bens, puderam adquirir inúmeras terras nas áreas de cerrado.

Esse grupo relativamente homogêneo de gaúchos, catarinenses e paranaenses determina, cada vez mais, as estruturas sócio-econômicas das novas ilhas de modernização no Centro-Oeste. Contudo, acabam por assumir funções de uma elite econômica, política e cultural, o que contribuiu para uma mudança na identidade da região.

Assim, no decorrer de poucos anos, regiões anteriormente periféricas localizadas no Centro-Oeste – mais especificamente o estado de Mato Grosso – alcançaram uma posição de líderes nacionais na produção de soja (cf. Figura nº 4a). Porém, comparando com as regiões sul no Brasil, as estruturas fundiárias nestas regiões mais dinâmicas variam significativamente pela predominância de grandes estabelecimentos altamente tecnificadas (cf. Figura nº 4b). Consequentemente a absorção de mão-de-

Figura nº 4: Desenvolvimento da cultura da soja no Brasil



obra é muito baixa. Em Mato Grosso, por exemplo, a porcentagem da mão-de-obra na sojicultura absorve somente cerca de 2 % da mão-de-obra agropecuária, enquanto que quase 80 % da área agrícola no estado de Mato Grosso é ocupada pela produção de soja (*cf.* Figura n° 4c).

O recente desenvolvimento dos enclaves de modernização do cerrado pode ser interpretado como sendo a orientação da periferia ao processo de globalização, sob condições gerais de desregulização. Depois de o Estado ter influenciado o desenvolvimento por meio de programas especiais, o capital nacional privado e de origem internacional assumiram a iniciativa. Empresas multinacionais do meio agrário se engajaram, então, na produção de sementes e na biotecnologia, investidores japoneses financiaram o programa PRODECER, visando à exploração dessa região. A melhoria da infraestrutura em comunicação – por exemplo, telefonia celular, ligação ao internet, instituição de canais próprios de TV com satélite para o comércio agrário “desterritorializado” – deve, neste caso, ajudar a compensar as desvantagens dos produtores, que encontram-se à margem da concorrência global.

A grande distância entre as agroindústrias e os portos de exportação foi desde o início um problema da região do cerrado. Por isso, os grupos de pressão regionais passaram a reivindicar a criação de novos corredores de exportação (*cf.* Figure n° 3) – e, com isso, naturalmente, uma orientação funcional imediata dos espaços de produção para o mercado ultramarino –, a fim de que pudessem ter êxito na concorrência nacional e global. Até os dias de hoje, o transporte até os portos de exportação se realiza principalmente por estradas. No entanto nos últimos anos da década de 80, o projeto da transformação do rio Paraguai em uma via fluvial internacional se tornou o centro dos interesses (*cf.* Friedrich, 1995). Este projeto, que é muito discutível por motivos ecológicos, era visto como possibilidade de ligação dessa região ão nascente mercado do Mercosul. O seguinte grande projeto foi empreendido no início dos anos 90, e dizia respeito à construção de uma estrada de ferro ligando o leste ao oeste (Ferrovia Leste-Oeste). O inovador neste projeto é que ele deveria ter sido financiado pelo considerável caixa particular do, na época, pretense maior produtor de soja no mundo: o empresário paulista Olacyr de Moraes. Porém, este projeto acabou caindo em farsa, por problemas de financiamento. Além disso, o

novo “rei da soja” brasileiro, Blairo Maggi, criou, paralelamente, um corredor próprio de exportação, partindo das suas regiões de produção do oeste-matogrossense em direção ao norte, inicialmente por estrada até Porto Velho, e de lá por navio para um terminal de porto particular em Itacoatiara no Amazonas, onde é efetuado o transbordo em navios de grande porte (*cf.* Friedrich, Pasca, 1998). Esse exemplo mostra não só como as regiões periféricas, pelo menos parcialmente, se desligam dos centros do sul do Brasil, mas também como a iniciativa privada assume a função dirigente do Estado, incentivando a orientação da periferia para a globalização. Neste caso, os interesses do capital privado pouco levam em consideração os perigos ecológicos e as necessidades de sobrevivência dos grupos indígenas, cujos territórios foram atravessados pelos novos corredores.

FORMAS DE EXCLUSÃO NO ESPAÇO RURAL BRASILEIRO

O Brasil pertence até hoje ao grupo de países que apresentam maior concentração de terras. E, em consequência da modernização conservadora e da ausência da reforma agrária, essa situação se tornou ainda mais crítica (*cf.* Oliveira 1995; Neuburger 2003). Segundo o censo agropecuário de 1985, 90 % dos estabelecimentos, que apresentavam uma área inferior a 100 ha, representavam apenas 21 % da área total do país, enquanto somente 1 % dos estabelecimentos com área superior a 1 000 ha dominavam quase 44 % da área. Somente os 26 maiores latifúndios brasileiros ocupam uma área que corresponde ao estado de São Paulo (*cf.* Oliveira, 1995). O censo agropecuário mais recente, de 1995, aponta, no entanto, uma diminuição do significado dos grandes estabelecimentos, e o aumento do número dos pequenos estabelecimentos, principalmente do número de posseiros. Apesar da política de modernização acelerada, o campesinato brasileiro, que exerce sobretudo uma agricultura familiar de sobrevivência, de forma alguma desapareceu. Tanto neste caso, como no de posseiros e diaristas do campo, verifica-se, de forma particular, uma pobreza absoluta generalizada, pois, embora o Brasil tenha subido do 68º para o 62º lugar no rang mundial do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), segundo os recentes estudos da UNDP, as disparidades sociais e regionais internas em relação

ao nível de vida e ao desenvolvimento humano se agravam cada vez mais e correspondem à diferença entre a Serra Leoa e o Canadá.

As extremas disparidades agrário-estruturais são desde sempre causa de violentos conflitos. Por exemplo, a confrontação no campo nos anos 90 aumentou abruptamente, o que pode ser verificado nos números de conflitos de terra nas diferentes regiões brasileiras (*cf.* Piccoli, Mato, 1997; David et *al.*, 1997).

As regiões brasileiras, que apresentam maiores números de conflitos de terra, podem ser classificadas quanto a sua origem, a sua base de formação, e em relação às atividades dos movimentos sociais:

- 1) Estruturas agrárias injustas fazem com que o Nordeste seja até hoje um foco dos conflitos de terra. Aqui agiram já nos anos 50 e 60 as ligas camponesas, cuja repressão, na ocasião, está relacionada ao golpe militar de 1964.
- 2) A partir da década de 60 houve um notável aumento dos conflitos no sul, que estavam sempre relacionados à agricultura familiar camponesa, que, por sua vez, devido à modernização conservadora, levou a desalojamentos. Isso resultou, no fim da década de 70, no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), que é sem dúvida hoje o mais ativo movimento social brasileiro (*cf.* Fatheuer 1997; Stédile 1997).
- 3) Com o avanço da fronteira agrícola e com a expansão simultânea de grandes estabelecimentos agropecuários durante os anos 70 e 80, as principais zonas de conflito foram deslocadas para o Centro-Oeste e sobretudo em direção à Amazônia. Principalmente os recentes conflitos de terra no sudoeste paraense, em Rondônia e em outras regiões da Amazônia demonstram a violência no campo brasileiro. Além dos conflitos entre posseiros e fazendeiros, pertencem também aos partidos conflitantes os grupos indígenas, os seringueiros e garimpeiros, assim como os madeireiros e as empresas de mineração.
- 4) Devido aos conflitos de terra e às atividades do MST desde o final dos anos 80, parte do sudoeste – principalmente o estado de São Paulo – tornou-se o centro dos interesses (*cf.* Fernandes,

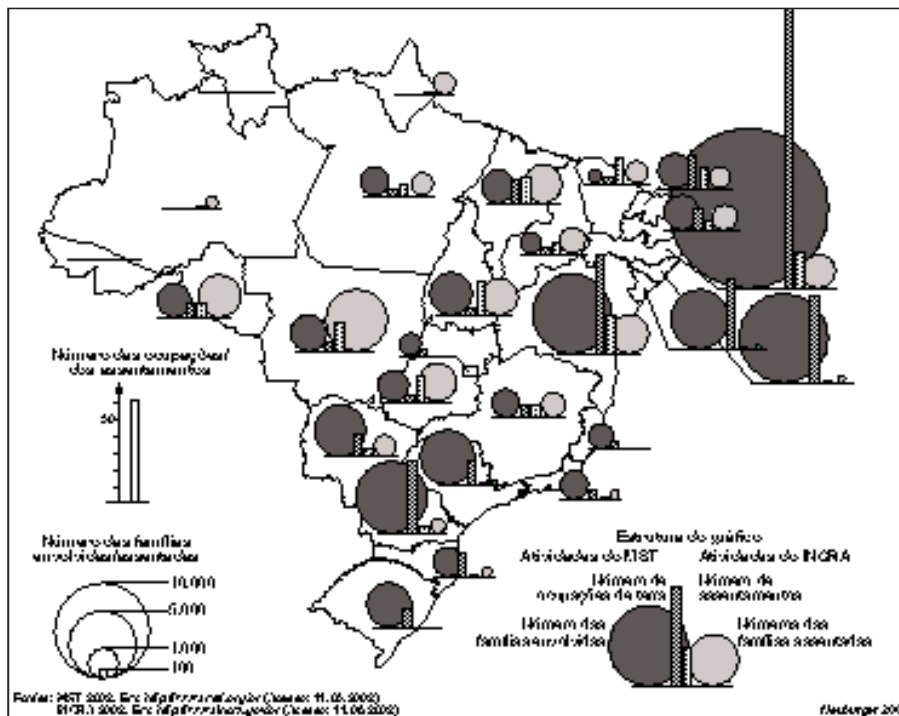
1996). Somente na região do Pontal do Paranapanema houveram, em 1996, 43 invasões de terra pelo MST, que resultaram em assentamentos por volta de 4 000 famílias. Outras 3 000 invadiram no mesmo ano certa de 10 fazendas na mesma região.

Esses pequenos indicadores fazem com que a questão atual da terra no Brasil tenha um alcance político e social, o que significa que ela não perdeu de forma alguma o seu poder. Alguns vêem no MST uma das poucas armas de luta contra a onipotência do Neoliberalismo. As atividades do MST causaram também um maior interesse da opinião pública internacional na questão agrária brasileira.

No decorrer dos anos, entretanto, os objetivos e prioridades do Movimento dos Sem-Terra se modificaram (*cf.* Stédile, 1997). Enquanto no início dos anos 80 as discussões giravam principalmente em torno da consciência de uma reforma agrária atrasada, na segunda metade dos anos 80, frente à confrontação com a poderosa organização dos fazendeiros, a União Democrática Ruralista (UDR), a consolidação do MST, como movimento nacional, ficou em primeiro plano. Nos últimos anos o Movimento dos Sem-Terra encaminhou-se fortemente, sob o lema “ocupar, resistir, produzir”, em direção à organização de assentamentos e no desenvolvimento das condições de produção camponesa (por exemplo também em cooperativas). Desse modo, não se trata mais somente de assegurar a sobrevivência, mas também de uma maior inserção dos produtores camponeses no mercado, e, com isso, da aceitação pelo menos parcial dos princípios da modernização. Assim, mecanização, cultivo da soja, contratos com agroindústrias ou até mesmo projetos agroindustriais próprios não são nenhuma raridade nos assentamentos do MST.

Nos últimos anos o MST aplicou uma estratégia mais agressiva frente aos pequenos avanços da reforma agrária promovida pelo Estado (Fatheuer, 1997; Neuburger, 2004). Para aumentar a pressão política para acelerar a implementação de projetos de assentamento o MST organiza ações espectaculares como por exemplo grandes marchas com destino a Brasília e ocupações de prédios públicos. Além disso o número de ocupações de terra e – ao mesmo tempo – o número de famílias nelas envolvidas

Figura nº 5: Atividades do MST e do INCRA em 2000



aumentou nitidamente. Enquanto que em 1990 somente cerca de 10 000 famílias foram envolvidas nas ocupações, em 2000 o número aumentou para cerca de 70 000 famílias sendo que o foco regional passou para os estados do sul do Brasil (*cf.* Figura nº 5). Não obstante, a pressão política até hoje não alcançou o objetivo de aumentar o número de assentamentos e de famílias. No ano 2000, o INCRA somente assentou cerca de 19 000 famílias com foco regional no Centro-Oeste e no Norte (INCRA 2001). Assim, os assentamentos se concentram nas áreas ecologicamente menos adequadas para a produção agropecuária e longe dos grandes centros consumidores. Nestas condições desfavoráveis para a produção familiar o estado arrisca conscientemente o fracasso dos assentamentos dos pequenos produtores e assim o aumento dos conflitos sociais no espaço rural (Neuburger, 2000).

ELEMENTOS PARA UM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO ESPAÇO RURAL BRASILEIRO

Por fim, trataremos dos caminhos alternativos de desenvolvimento para o espaço rural brasileiro, que se orientam no princípio

da sustentabilidade (cf. Bursztyn, 1993; Cavalcanti, 1995; ao exemplo das frentes pioneiras na Amazônia, Coy, Neuburger, 1999 e 2002). Primeiros indícios nesta direção podem ser observados. Estes dizem respeito, inicialmente, à consolidação e diversificação do setor agrário modernizado, a fim de que ele solucione a dependência exclusiva do mercado. Trata-se, então, da estabilização dos “setores incluídos” da agricultura e do espaço rural. Por outro lado, o desenvolvimento alternativo se refere às condições de produção e reprodução necessárias para os “setores excluídos” do campesinato, dos Sem-Terra ou ainda dos grupos tradicionais (indígenas, seringueiros, etc.) por um lado, por outro à melhoria das possíveis chances de desenvolvimento local e regional, assim como à conservação dos recursos naturais a longo prazo na base de sistemas de uso ecologicamente adaptados. Em geral, busca-se tanto o sistema e a organização da produção agrícola, como ainda a organização social e territorial do espaço rural. Tendo em vista as influências e conflitos entre medidas locais e superiores para a realização de um desenvolvimento regional sócio-econômico e ecologicamente sustentável, os seguintes campos de ação são de grande importância:

- 1) A orientação para a segurança alimentar, por exemplo, através de incentivos para a produção de alimentos e para circuitos econômicos regionais.
- 2) A redução dos riscos de vulnerabilidade decorrente da orientação para fora e da monocultura, através da diversificação da produção e da diminuição dos riscos de mercado.
- 3) Fortalecimento regional das estruturas de rede sócio-econômica formal e informal, assim como da adaptação de técnicas de produção e inovações às realidades regionais.
- 4) Garantia da estável sobrevivência sócio-econômica para todos os grupos sociais do espaço rural, que diz respeito ao acesso à terra, isto é, a realização da reforma agrária. Neste contexto, os movimentos sociais do campo (MST, Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, entre outros), as organizações de auto-ajuda e a segurança dos espaços de produção (por exemplo, para tradicionais formas de produção), em relação à estabilização da situação de vida dos grupos marginalizados, têm também grande significado.

Portanto, o espaço rural não pode ser observado isoladamente do espaço urbano. O aumento da interdependência social e econômica campo-cidade é uma das mais importantes consequências da modernização, cujos vencedores e perdedores do espaço rural encontram-se nas crescentes cidades. Por isso, em relação ao desenvolvimento sustentável, a regionalização significa nada mais que um equilíbrio sócio-econômico entre campo e cidade (*cf.* Coy, Neuburger, 1999).

Assim, é reivindicado, sobretudo, justiça sincrônica e diacrônica, da mesma forma que capacidade ecológica e sócio-econômica futura. Isso se dá, porém, não só através de medidas estatais “de cima”, mas, principalmente, através do *enablement* dos atingidos, isto é, pela conscientização, responsabilidade e participação. O movimento brasileiro dos Sem-Terra poderia indicar um caminho neste sentido.

Estes processos de diferenciação e dinâmica interna no espaço rural do Brasil pode-se esquematizar num modelo espacial usando-o como ponto de partida para os cenários de um desenvolvimento regional que segue os princípios da sustentabilidade (*cf.* Figura nº 6). O modelo tenta esclarecer as interrelações e dependências no contexto regional por um lado e entre várias escalas e hierarquias espaciais por outro. Estas interrelações se manifestam a nível econômico em fluxos de produtos, capital ou energia, assim como a nível social em fluxos migratórios, processos de expulsão ou em conflitos pelo uso dos recursos. A fragmentação sócio-econômica e espacial se destaca como resultado do processo de incorporação regional. Formações – ou subregiões – econômicas e sociais que são funcionalmente orientadas para fora se contrapõem a grupos ou territórios de sobrevivência. Fazem parte das primeiras principalmente os “enclaves de modernização” da sojicultura e os centros urbanos dinâmicos, que funcionam como “pontos nodais” dos fluxos de capital, de mercadorias e do processamento agroindustrial incipiente. Assim, a periferia se insere como espaço funcional nas hierarquias de dependência, espaço que, ao mesmo tempo, é exposto às consequências tanto positivas como negativas da incorporação nacional e da globalização. Por outro lado, as formações de sobrevivência, sejam elas o campesinato regional, os grupos indígenas, ou sejam, os grupos marginalizados nas cidades, são organizadas de forma territorial e muitas

expulsos das regiões centrais brasileiras. Além disso, se reproduzem, a nível regional, novos processos de expulsão através da expansão das formações funcionalmente incorporadas. Resulta disso o preocupante crescimento da miséria nas cidades. Estes processos resultam na vulnerabilidade econômica, social e ecológica dos espaços rurais brasileiros.

Esta realidade complexa, regionalmente diferenciada e contraditória nos parece constituir o ponto de partida para os cenários de um desenvolvimento alternativo visando a sustentabilidade social, cultural, econômica e ecológica. No âmbito deste trabalho, não podemos entrar na discussão teórica sobre o conceito da sustentabilidade (cf. Redclift, 1987; Harborth, 1993). Vale, no entanto, lembrar que o desenvolvimento sustentável engloba tanto uma perspectiva sincrônica, ou seja, a necessidade de mudanças a curto prazo, quanto uma perspectiva diacrônica, ou seja, uma preocupação com as gerações futuras. Do mesmo modo, o desenvolvimento sustentável abrange não somente uma dimensão ecológica (conservação dos recursos não renováveis e o uso sustentável dos renováveis), mas também uma dimensão econômica (privilegiar o crescimento qualitativo em vez do mero crescimento quantitativo) e social (atender as necessidades básicas de todas as populações atingidas). O desenvolvimento sustentável a nível regional requer, antes de mais nada, mudanças estruturais a nível nacional e internacional. O caminho para o desenvolvimento sustentável não se realiza de *cima para baixo*, mas passa por uma participação democrática de todos os grupos atingidos. Isto pressupõe a conscientização das elites, assim como de toda a sociedade civil. Outra dimensão primordial para a iniciação de um desenvolvimento sustentável regional se relaciona à valorização dos potenciais endógenos. Neste sentido, a análise das experiências locais, p.ex. de sistemas de uso multivariados e adaptados e sobretudo o estudo do *etnoconhecimento*, não somente de grupos indígenas, mas também de populações ribeirinhas, grupos camponeses e outros grupos tradicionais, recebe uma importância fundamental (cf. Smith et al., 1995).

No contexto de muitos espaços rurais brasileiros o fortalecimento das estruturas territoriais, ou seja, a intensificação das redes sociais e circuitos econômicos regionais, poderia constituir uma alternativa à incorporação funcional das periferias à qualquer custo

sob o regime da globalização. Será de maior importância a estabilização das relações econômicas e sociais entre campo e cidade, assim como o fortalecimento de relações igualitárias entre as “ilhas globalizadas” e os “espaços marginalizados”. Além disso o desenvolvimento sustentável a nível regional requer, antes de mais nada, mudanças estruturais a nível nacional e internacional baseando-se na reciprocidade dos intercâmbios.

Enquanto ao planejamento regional, dos programas governamentais de desenvolvimento, assim como da cooperação internacional observam-se atualmente as primeiras tentativas de aproximação a um desenvolvimento regional sustentável. Na Amazônia, por exemplo, como uma das regiões mais periféricas no Brasil, alguns governos amazonenses submeteram suas diretrizes políticas ao conceito da sustentabilidade. Outros baseiam suas ações governamentais em programas de desenvolvimento sustentável, viabilizadas, via de regra, com financiamentos internacionais (PLANAFLORO em Rondônia, PRODEAGRO em Mato Grosso). Programas de cooperação internacional, como o Programa Piloto das nações G7 (*cf.* Kohlhepp, 1995), priorizam a conservação ecológica e o desenvolvimento sócio-econômico adaptado. Questões antigamente negligenciadas, como a demarcação de territórios indígenas, a delimitação de áreas de proteção ambiental, a instalação de reservas extrativistas (*cf.* Arnt, 1994), ou ainda, a propagação de sistemas agrosilviculturais, recebem prioridade nestes programas. A acumulação de informações relevantes para o ordenamento territorial através de *Zoneamentos ecológicos e sócio-econômicos* tornou-se a atividade privilegiada das instituições estaduais de planejamento (*cf.* Schubart, 1992). Portanto, existe uma discussão altamente controversa, se estamos realmente no início de uma nova fase do desenvolvimento dos espaços rurais brasileiros, ou se na verdade todas estas atividades revelam-se parte da retórica oficial e de um *marketing* regional para conseguir os meios financeiros internacionalmente concorridos, meramente possibilitando assim a realização de obras convencionais (*cf.* Hagemann, 1995).

Porém, podemos dizer de uma forma geral que procurar caminhos para o desenvolvimento sustentável no Brasil significa, antes de mais nada, encontrar soluções para os conflitos ecológicos e principalmente para os conflitos sociais, que até hoje resultam em números crescentes de vítimas nos espaços periféricos.

Devem ser criadas estruturas que possibilitem o surgimento de consciência ecológica e responsabilidade social dos atores com referência aos seus respectivos espaços de vida, transformando as suas ações imediatistas em estratégias duradouras e adaptadas às condições físicas, sócio-econômicas e culturais (cf. como ponto de referência a *Agenda 21*, aprovada pela ECO 92 no Rio de Janeiro, United Nations, 1992). Do mesmo modo, a globalização, que na sua atual forma desigual contribui ao agravamento dos conflitos, deve ser transformada em uma solidariedade global, facilitando a construção de meios sócio-econômicos, políticos e ecológicos a nível regional, que garantem o *agir localmente e pensar globalmente* em prol das gerações atuais e futuras no Brasil.

NOTAS

1 Innsbruck.

BIBLIOGRAFIA

- Barros, R.P. de et al. (2000): *A estabilidade inaceitável. Desigualdade e pobreza no Brasil*. Texto para Discussão 800. Brasília (IPEA).
- Becker, B. K.; Egler, C. A. G. (1992): *Brazil: a new regional power in the world-economy*. Cambridge.
- Blumenschein, M. (1995): “Die modernisierte Landwirtschaft des Cerrado und ihre Bedeutung für eine nachhaltige Entwicklung der Pantanal-Region”. In: Kohlhepp, G. (Ed.): *Mensch-Umwelt-Beziehungen in der Pantanal-Region von Mato Grosso / Brasilien. Beiträge zur angewandten geographischen Umweltforschung. Tübinger Geographische Studien*, H. 114, pp. 221-246. Tübingen.
- Blumenschein, M. (2004): “Deregulierung in der brasilianischen Sojawirtschaft? Das Beispiel Mato Grosso”. In: *Geographische Rundschau*, 56 (11), S. 34-41.
- Bursztyn, M. (Hrsg.) (1993): *Para pensar o desenvolvimento sustentável*. São Paulo.
- Cavalcanti, C. (Hrsg.) (1995): *Desenvolvimento e natureza: Estudos para uma sociedade sustentável*. São Paulo.
- Coy, M. (1988): *Regionalentwicklung und regionale Entwicklungsplanung an der Peripherie in Amazonien. Probleme und Interessenkonflikte bei der Erschließung einer jungen Pionierfront am Beispiel des brasilianischen Bundesstaates Rondônia*. Tübinger Geographische Studien 97. Tübingen.
- Coy, M. (1991): “The frontier of North Mato Grosso between soybean production, timber extraction and gold mining. Incorporation and differentiation of new social spaces by private colonization and spontaneous processes”. In: Kleinpenning, J.M.G. (Ed.): *The incorporative drive. Examples from Latin*

America. Nijmegen Studies in Development and Cultural Change, vol. 8, pp. 40-58. Saarbrücken, Fort Lauderdale.

Coy, M. (1998): "Sozialgeographische Analyse raumbezogener nachhaltiger Zukunftsplanung". In: Heinritz, G.; Wiessner, R., Winiger, M. (eds.): *Nachhaltigkeit als Leitbild der Umwelt- und Regionalentwicklung in Europa*. 51. Deutscher Geographentag Bonn 1997. Vol. 2, pp. 56-66. Stuttgart.

Coy, M. (2001a): "Globalisierung in Brasilien: Raumwirksamkeit und Reaktionen. Beispiele aus städtischen und ländlichen Regionen". In: Borsdorf, A. et al. (eds.): *Lateinamerika im Umbruch. Geistige Strömungen im Globalisierungsstress*. Innsbrucker Geographische Studien 32, pp. 19-33, Innsbruck.

Coy, M. (2001b). "Entre a globalização e a regionalização, conflitos de interesse e fatores determinantes do desenvolvimento regional sustentável no espaço rural brasileiro". In: Kohlhepp, G. (ed.). *Brasil: Modernização e globalização*. Frankfurt am Main, pp. 259-273.

Coy, M. (2005): "Between globalization and regionalization. The political ecology of pioneer fronts in the South-West of the Amazon". In: Hall, A. (ed.): *Global impact, local action: New environmental policy in Latin America*. Institute of Latin American Studies. London, pp. 13-35.

Coy, M.; Lückner, R. (1993): *Der brasilianische Mittelwesten. Wirtschafts- und sozialgeographischer Wandel eines peripheren Agrarraumes*. Tübinger Geographische Studien 108. Tübingen.

Coy, M.; Neuburger, M. (1999): *As frentes pioneiras na Amazônia brasileira entre globalização e sustentabilidade*. I Encuentro Internacional Humboldt. Buenos Aires (CD-Rom).

Coy, M. & Neuburger, M. (2000): "As Frentes Pioneiras na Amazônia Brasileira perante a Globalização. Chances e Riscos de um Desenvolvimento Sustentável". In: *Boletín de Estudios Geográficos* (Mendoza), 96, S. 97-125.

Coy, M. & Neuburger, M. (2002): "Aktuelle Entwicklungstendenzen im ländlichen Raum Brasiliens". In: *Petermanns Geographische Mitteilungen* 146 (5), pp. 74-83.

Coy, M. & Neuburger, M. (2002): "Chancen und Grenzen nachhaltiger Regionalentwicklung. Das Fallbeispiel des brasilianischen Amazonien". In: *Geographische Rundschau*, 54 (11), S. 12-20.

Danielzyk, R.; Ossenbrügge, J. (1996): "Globalisierung und lokale Handlungsspielräume. Raumentwicklung zwischen Globalisierung und Regionalisierung". In: *Zeitschrift für Wirtschaftsgeographie*, 40, 1/2, pp. 101-112.

David, M. B. de Albuquerque; Waniez, Ph.; Brustlein, V. (1997): "Atlas dos beneficiários da reforma agrária". In: *Estudos Avançados*, 11, 31, pp. 51-68.

Elias, D. (2003): *Globalização e agricultura*. São Paulo.

Fatheuer, T. (1997): "Die Wiederkehr des Verdrängten. Agrarreform und soziale Bewegungen in Brasilien". In: Gabbert, K. et al. (Eds.): *Land und Freiheit. Lateinamerika. Analysen und Berichte* 21, pp. 66-80. Bad Honnef.

Fernandes, B. Mançano (1996): *MST – Formação e territorialização em São Paulo*. São Paulo[].

Friedrich, M. (1995): "Hidrovia Paraná – Paraguai. Wirtschaftliche, soziale und ökologische Konsequenzen für das Pantanal und den Einzugsbereich des Oberen Rio Paraguai". In: Kohlhepp, G. (Eds.): *Mensch-Umwelt-Beziehungen*

in der Pantanal-Region von Mato Grosso/Brasilien. Beiträge zur angewandten geographischen Umweltforschung. Tübinger Geographische Studien 114, pp. 125-156. Tübingen.

Friedrich, M.; Pasca, D. (1998): "Indianer/Brasilien: Wasserstraßen gefährden Lebensraum". *In: Pogrom 199*, pp. 41-43.

Goodman, D.; Sorj, B.; Wilkinson, J. (1985): "Agroindústria, políticas públicas e estruturas sociais rurais: análises recentes sobre a agricultura brasileira". *In: Revista de Economia Política*, 5, 4, pp. 31-56.

IBGE (1999): *Anuário Estatístico do Brasil 1998*. Rio de Janeiro (CD-ROM).

INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) (2001): "Relatório de atividades INCRA 30 anos". *In: <http://www.incra.gov.br>* (Acesso: 10.06.2002)

Kageyama, A. et al. (1996). "O novo padrão agrícola brasileira. Do complexo rural aos complexos agroindustriais". *In: Delgado, G. Costa et al. (eds.). Agricultura e políticas públicas*. IPEA, 127. Brasília (IPEA), pp. 113-223.

Kohlhepp, G. (1991): "Mudanças estruturais na agropecuária e mobilidade da produção rural no norte do Paraná". *In: Revista Brasileira de Geografia*, 52, 2, pp. 79-94.

Krätke, S. (1995): "Globalisierung und Regionalisierung." *In: Geographische Zeitschrift*, 83, 3/4, pp. 207-221.

Martine, G.; Garcia, R. Coutinho (eds.) (1987): *Os impactos sociais da modernização agrícola*. São Paulo.

Neuburger, M. (2000): "Kleinbäuerliche Verwundbarkeit in degradierten Räumen. Überlegungen zur Politischen Ökologie der Pionierfrontentwicklung in Brasilien". *In: Geographische Zeitschrift* 88 (1), pp. 21-35.

Neuburger, M. (2003): "Neue Armut im ländlichen Brasilien. Kleinbäuerliche Familien in einer globalisierten Welt". *In: Geographische Rundschau*, 55 (10), S. 12-19.

Neuburger, M. (2004): "Grupos rurais de pobreza no Brasil: Entre a exclusão e um novo movimento social". *In: Ágora*, 10 (1/2), S. 77-92.

Oliveira, A. U. de (1988): *A geografia das lutas no campo*. São Paulo.

Oliveira, A. U. de (1995): "A agricultura brasileira: Desenvolvimento e contradições". *In: Becker, B. K. et al. (Eds.): Geografia e meio ambiente no Brasil*, S. 280-306. São Paulo.

Pasca, D. (2002): "Indigene Völker in Brasilien – von der Bevormundung zur Selbstbestimmung." *In: Petermanns Geographische Mitteilungen* 146 (1), S. 22-33.

Piccoli, D.; Mato, A. (1997): "Conflitos no campo 96: Balanço e perspectivas". *In: Cadernos do CEAS* 172, pp. 11-20.

Santos, M. (1993): *A urbanização brasileira*. São Paulo.

Scholz, F. (2000): "Perspektiven des Südens im Zeitalter der Globalisierung". *In: Geographische Zeitschrift* 88 (1), pp. 1-20.

Scholz, F. (2002): Die Theorie der "fragmentierenden Entwicklung". *In: Geographische Rundschau* 54 (10), pp. 6-11.

Silva, J. Graziano da (1998): "A globalização da agricultura". *In: Silveira, M. & Vilela, S. (Eds.): Globalização e a sustentabilidade da agricultura*, pp. 29-38, Jaguariuna.

- Stédile, J. P. (Hrsg.) (1997): *A reforma agrária e a luta do MST*. Petrópolis.
- Thorp, R. (1998): *Progress, poverty and exclusion. An economic history of Latin America in the 20th century*. New York, Washington.
- Urani, A.: *Liberalization, Stabilization and Poverty in Latin America During the 1990's*. Texto para Discussão 445. Brasília (IPEA) 1998.
- Wehrhahn, R. (2002): "Brasiliens Wirtschaftsräume unter dem Einfluss der Globalisierung". In: *Geographische Rundschau* 54 (11), pp. 4-11.
- Windfuhr, M. (1997): "Die Rolle des Agrarsektors. Politische und rechtliche Rahmenbedingungen von Ernährungssicherheit". In: Gabbert, K. et al. (eds.): *Land und Freiheit. Lateinamerika. Analysen und Berichte* 21, pp. 17-32. Bad Honnef.